

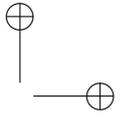
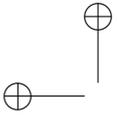
**BERNARD LONERGAN,
UMA FILOSOFIA PARA O
SÉC. XXI**



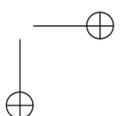
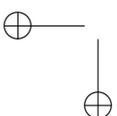
Mendo Castro Henriques

2010

www.lusosofia.net



Capítulo da obra acabada de publicar por
Mendo Castro Henriques,
Bernard Lonergan, Uma Filosofia para o séc. 21,
É Realizações, São Paulo, 2010,
e aqui publicado pela LUSOSOFIA.NET
com benévola autorização do autor





LUSOSofia:press

Covilhã, 2010

FICHA TÉCNICA

Título: *Bernard Lonergan, Uma Filosofia para o séc. 21*

Autor: Mendo Castro Henriques

Colecção: Artigos LUSOSOFIA

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José Maria Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2010





Bernard Lonergan, Uma Filosofia para o séc. XXI

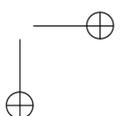
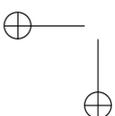
Mendo Castro Henriques

Introdução a um Autor

Bernard Lonergan foi, provavelmente, o mais importante filósofo do séc. XX. Antes de justificar esta afirmação, será interessante constatar que tem seguidores em todo o mundo; que a sua obra principal *Inteligência; um ensaio sobre o conhecimento humano*,¹ agora publicada em língua portuguesa, está já editada nas restantes geolínguas; que existem mais de uma dezena de centros de estudo dedicados à sua obra; que a bibliografia sobre o seu pensamento ultrapassa em muito as duas mil monografias e artigos; e que por ano se realizam quase uma dezena de colóquios sobre ele.

Contudo, a esmagadora maioria das pessoas nunca ouviram falar de Bernard Lonergan. A maioria dos filósofos e teólogos identificam apenas um nome e uma obra. A maioria dos economistas,

¹ *Insight; a Study of Human Understanding*, vol 3, de *Collected Works of Bernard Lonergan*, ed. Frederick E. Crowe and Robert M. Doran, 5th ed. Toronto, Toronto University Press. Esta colecção de obras de Lonergan tem 25 volumes.



epistemólogos e cientistas sociais nem o nome identificam. E contudo, escreveu com preparação profunda, em disciplinas tão diferentes como a ética, epistemologia, pedagogia, economia, e teologia, entre outras. Também é verdade que um autor capaz de analisar com rigor assuntos tão díspares como os métodos de Kant e de Tomás de Aquino, a psicanálise freudiana, a psicologia de Piaget, a teoria económica de Keynes, ou as física de Galileu, Einstein e Max Planck (com equações matemáticas que nem trufas raras para *connoisseurs*) parece um enciclopédico ou um paranóico convencido. Sucede que, para o apreciar, é preciso ainda uma forte dose de realismo espiritual e de liberdade perante os poderes mundanos, condições hoje desfavorecidas nas universidades. E como revelam os debates sobre o seu pensamento, para ser atraído por Lonergan é preciso conhecer a tradição clássica e cristã mas ter a independência de espírito suficiente para elaborar pessoalmente os resultados.

A linguagem e o estilo de Bernard Lonergan são semelhantes ao esforço do caminheiro, quase banal por vezes, e fugindo do jargão filosófico. É patente a procura da clareza a que todos possam aceder e é também muito depurada a proximidade aos dados da ciência, e dos demais saberes, que ele utiliza no esforço de apropriação da racionalidade para a qual nos convida. É uma linguagem que parece estranha aos próprios filósofos profissionais, e deslocada ao que inicia o estudo, o que não é assim tão raro numa filosofia inovadora. E contudo é de uma simplicidade quase desconcertante, exigente e enriquecedora, à semelhança dos desafios de conhecimento e de acção que ele nos legou.

Joseph Francis Bernard Lonergan nasceu em 17 de Dezembro de 1904 em Buckingham, Quebec. O pai era engenheiro de ascendência irlandesa, e a família da mãe era inglesa. Aos 13 anos, trocou a casa pela Colégio de Loyola, uma escola jesuíta em Montreal, experimentando insatisfação perante a educação católica em geral (Crowe, 1992, 5) o que não impediu a sua adesão serena à Companhia de Jesus, em 1922. Seguiu-se o habitual longo per-

curso de formação dos Jesuítas. Os primeiros quatro anos em Guelph, Ontário (1922-26) como noviço; três anos de filosofia em Heythrop College (1926-29), perto de Oxford, e mais um ano estudando línguas e matemática na Universidade de Londres. Vieram depois três anos de regência de cursos em Loyola College (1930-33; 4 anos na licenciatura em Teologia na Universidade Gregoriana, de Roma, preparando a carreira académica (1933-37) e, finalmente, a terceira prova durante 10 meses em Amiens, França (1937-38) após a qual fez votos solenes.

Frederick Crowe descreve esses anos de aprendizagem de Lonergan, no mundo anterior ao Concílio Vaticano II. Havia “leituras sobre a vida de Cristo e dos santos, a *Imitação de Cristo*, sobre documentos jurídicos e espirituais jesuítas, o velho Afonso Rodriguez (1532-1617), a prática da perfeição e virtudes cristãs. Havia as instruções do mestre aos noviços, as "exortações" pregadas por austeros sacerdotes na comunidade, e assim por diante. Havia as penitências, publicação das faltas, admitidas voluntariamente ou indicadas pelos companheiros em ágapes transbordantes, e havia muita oração... a mais lenta de todas as práticas a aprender”.²

Era uma vida que ensinava a disciplina e o estudo sério, embora de modo um pouco rígido e restritivo; serão marcas do trabalho de Lonergan. Mas nestes anos de formação e estudo, ele experimentou interesses e influências intelectuais muito variadas. Em Guelph aprendeu latim, grego, francês, retórica e matemática. Em Heythrop, estudou por manuais escolares, "de origem alemã e conteúdo Suareziano" (*Second Collection*, 263) mas interessou-se pela teoria do conhecimento, em particular na obra *Grammar of Assent*, de John Newman. Na Universidade de Londres voltou a estudar línguas e matemática, que prezava particularmente, vindo a dar cursos de línguas e de cálculo, geometria analítica e mecânica no Colégio

² Cf. Frederick Crowe SJ. *Lonergan* (Collegeville, Minn.: Liturgical Press, 1992, bem como as próprias reflexões de Lonergan em "Insight Revisited" *A Second Collection*, Toronto, 1974, pp.263-278.

Loyola. Aqui começou a ler sobre Platão e os primeiros diálogos bem como os diálogos filosóficos de Agostinho. *Age of the Gods*, de Christopher Dawson reorientou o seu conceito de cultura do plano normativo para o antropológico.

Em Roma, Lonergan contactou com o tomismo transcendental de Jacques Maréchal, enquanto se apropriava de Tomás de Aquino no original e em oposição ao Tomismo dos manuais escolares. Os escritos deste período revelam interesses pela cultura, filosofia da história, ciências humanas, sociologia, política, economia. No essencial, Lonergan reverteu a filosofia tradicional centrada numa psicologia metafísica numa metafísica psicológica fundada no processo de auto-apropriação do sujeito cognoscente e na conversão intelectual.

Apesar de não ser um aluno premiado, desenvolveu ambições intelectuais exemplificadas por uma carta de 1935 a um superior: “Consigo elaborar uma filosofia fundamental tomista da história que ofuscará Hegel e Marx, apesar da enorme influência deles nessa obra. Tenho já escrito um esboço, disso como de tudo o mais. Examina as leis objectivas e inevitáveis da economia, da psicologia (ambiente, tradição) e do progresso . . . para encontrar a síntese superior destas leis no Corpo Místico.” Não escapará ao leitor que Hegel e Marx, não eram leituras recomendadas para um jovem sacerdote em Roma e, ainda mais, na Itália fascista. Mas fica bem claro como ele era já audaz, capaz de pensar sem *imprimatur*. E também fica claro que o corpo místico de Cristo é, desde S. Paulo, um dos conceitos mais integradores da teologia.

Os registos da Universidade Gregoriana em Roma mostram que, a 6 de Dezembro de 1938, a dissertação de Lonergan intitulada *O pensamento de S. Tomás sobre a graça operativa* foi aprovada para apresentação, sob a orientação de Charles Boyer, sendo completada em 1940. Segundo as suas palavras, “. . . demorei 11 anos até atingir a mente de S. Tomás de Aquino.”³

³ *Insight, Epílogo*, p.769

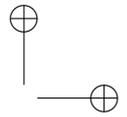
Nesta sua dissertação Lonergan, abordou a graça operativa um tema que foi o cerne da grande controvérsia entre Banez e Molina sobre como conciliar a liberdade humana com a onipotência, onisciência e vontade salvífica de Deus. A exegese é considerada uma obra-prima tomista do século XX. Basicamente, Lonergan argumentou ser necessário compreender o desenvolvimento do pensamento de Tomás de Aquino sobre esta questão, a fim de apreender a síntese complexa e a dinâmica alcançada e evitar a desintegração "da solução em alternativas irreconciliáveis".⁴

Outros escritos deste período de "aprendizagem" com Tomás de Aquino são os quatro artigos publicado em Estudos Teológicos e posteriormente recolhidos em *Verbum: Word and Idea in Tomás de Aquino*, (CW vol.) Lonergan explora a analogia trinitária da *Summa Theologiae* I. qq. 27 e 93. A análise desloca-se das perguntas teológicas sobre a graça e liberdade para as questões filosóficas sobre a interioridade, isto é, como Deus se revela na consciência.

O fulcro é a análise do acto humano de compreensão. Lonergan emprega o método do desenvolvimento histórico para entender como Tomás recontextualizou as analogias psicológicas de Agostinho sobre a Trindade mediante a psicologia metafísica de Aristóteles. A novidade é que as "técnicas introspectivas" usadas por Agostinho e Tomás para analisar a mente humana não comportam o fundamento do seu modo de operar. Falta apropriarmo-nos do que sucede quando conhecemos e do que conhecemos quando sucedem os actos de intelecção.⁵

⁴ Byrne, Patrick H. "The Fabric of Lonergan's Thought" *Lonergan Workshop* v., ed. by Frederick Lawrence (Atlanta: Scholars Press, 1986), p.69

⁵ Idem, Byrne, pp. 55-57

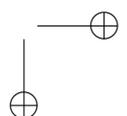
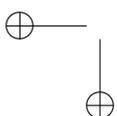


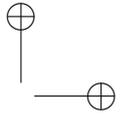
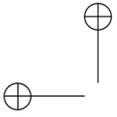
2. O Desejo de Conhecer

2.1 O que é a intelecção?

Como qualquer outro tratado de filosofia, é objectivo de *Insight* procurar verdades sobre nós e o mundo que nos rodeia, em vários registos de objectividade. Mas a “auto-apropriação do sujeito” proposta e realizada mediante um método transcendental subjacente a todos os tipos de conhecimento humano, é muito original. Os primeiros capítulos do livro conduzem-nos a exemplos de intelecção na matemática e ciências naturais e, a seguir, a exemplos de intelecção no senso comum, para depois passar à determinação das características da realidade. A realidade é que conhecemos através de um juízo verdadeiro. Dito isto, que é talvez demasiado simples, encontramos-nos perante uma obra maciça que tanto atende ao desenvolvimento de toda a história da filosofia como à revolução científica no séc. 20.

À primeira vista, isto pode parecer-nos um programa demasiado intelectualista. E contudo, *Insight* é um livro sobre o desejo, “o desejo irrestrito, imparcial e desinteressado de conhecer”, expressão que se repete como um mantra ao longo da obra. Afinal, é a raiz do termo “filosofia”. Conhecer não é o mais difícil. Difícil é explorar o desejo de conhecer, sendo fiel a esse impulso originário que nos faz procurar afirmações consistentes sobre os fenómenos e acontecimentos que nos rodeiam e coerência entre os nossos pensamentos e acções. Seria um livro de epistemologia intelectualista se as apresentações sobre as ciências e o senso comum nos focassem no objecto conhecido. Mas o que Lonergan pretende, sempre, é iluminar o sujeito conhecedor, os seus desafios e avanços, quer esteja a tratar das relações entre conhecimento e realidade, ciência



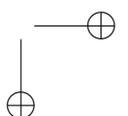
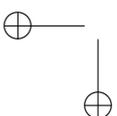


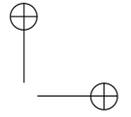
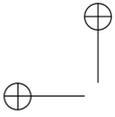
e cosmologia, acção humana e ética, questões de interpretação, e experiência religiosa, como aqui procurarei mostrar.

O desejo de conhecer procede segundo intelecções, ou seja, actos de descoberta. A intelecção sucede quando compreendemos e respondemos a uma questão suscitada por uma experiência, libertando-nos da tensão da investigação. Ocorre de maneira muito variada e não há regras para descobrir; pelo contrário: a intelecção é que origina as regras. Não se aprende com um método; os diversos métodos é que resultam de actos específicos de intelecção. Aprendemos em livros porque os livros exprimem os resultados de actos de descoberta. A situação, é bem ilustrada pelo célebre “Eureka” de Arquimedes ao descobrir o princípio de impulsão; mas também poderíamos ilustrar com a mudança do nome ‘Cabo Tormentoso’ para ‘Cabo da Boa Esperança’ porque o rei D. João II considerou ser esse o significado da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

A intelecção oscila entre o concreto e o abstracto. É captação do mundo concreto através dos sentidos. É exploração da realidade através da imaginação artística. É conhecimento expresso nas leis das ciências. E por isso, quando dizemos que todo o conhecimento procede segundo intelecções, queremos mesmo significar “todo”, nas ciências exactas, ciências humanas, filosofia, senso comum e teologia.

Uma distinção importante é entre intelecções directas, aparentemente mais simples, e que indicam a solução que faltava, e intelecções inversas que descobrem que é preciso reformular uma questão que nos conduziu a um impasse. Para provar que uma questão está mal colocada é necessário reequacionar os termos da explicação. Por exemplo, o postulado básico da teoria da Relatividade Restrita, de Einstein, obriga a uma revisão drástica das noções convencionais de tempo e espaço e invalida as concepções correntes de repouso absoluto e da absoluta simultaneidade de ocorrências, que passam a estar apenas distanciadas no tempo.



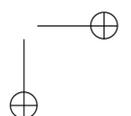
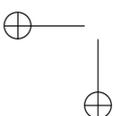


O significado da intelecção inversa é realçado pela noção de “resíduo empírico”. Trata-se de dados da experiência que não são compreensíveis num dado patamar de intelecção, e que exigem uma inteligibilidade superior. O resíduo empírico exige que estejamos “sempre a aprender”; precisamos de novas generalizações para compreender o que passa em nosso redor; e se queremos dominar o essencial, temos de fazer variar o incidental através de intelecções directas. As intelecções posteriores ultrapassam as limitações das anteriores, fazendo surgir uma perspectiva superior. A teoria da relatividade de Einstein é uma “perspectiva superior” que explica todos os resultados da observação e experiência segundo a “perspectiva inferior” de Newton, e também explica outros fenómenos tais como o aumento na massa dos objectos, à medida que a velocidade a que se deslocam se aproxima da velocidade da luz.

2.2 A teoria cognitiva

O fulcro da teoria cognitiva de Bernard Lonergan é que conhecer é identificar realidades, através da experiência atenta, da captação inteligente e da afirmação razoável. A intelecção começa por incidir sobre dados dos sentidos ou imaginados, o que nos exige distinguir entre experiência e intelecção: a experiência ocorre num nível, o entendimento noutro. Em segundo lugar, as intelecções ocorrem espontaneamente, ficando por apurar se estão correctas; donde ser preciso distinguir entre a intelecção e o juízo, ou compreensão reflexiva com que identificamos as realidades.

Esta tríplice estrutura de experimentar, compreender e julgar constitui o conhecer, e Lonergan convida-nos a que a identifiquemos na mente de cada um de nós. A experiência dá-nos peças soltas de informação. O entendimento capta uma unidade. E o conhecimento fica completo com um juízo que capta uma realidade como





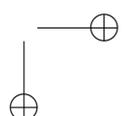
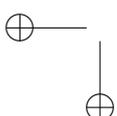
“virtualmente incondicionada”. Adquirida a importância desta estrutura, estamos prontos para nos lançarmos para os domínios da epistemologia, da ontologia, da teoria da interpretação, e da ética.

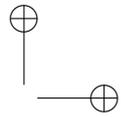
É aceitável afirmar que as filosofias vacilam entre o empirismo, o idealismo e o realismo que valorizam, respectivamente cada uma das operações básicas do conhecimento.⁶ Uma destas posições - o empirismo - supõe erradamente que só a experiência nos faz contactar com o mundo real. Segundo outra posição - o idealismo - bastaria encontrar o conceito adequado. Em ambos os casos, estaríamos apenas a conhecer como quem “olha” para o mundo, e a esquecer que é preciso inquirir os dados da experiência mediante questões colocadas pelo entendimento e responder com juízos de razão; só no termo do processo de captação inteligente e da afirmação razoável é que podemos dizer que conseguimos identificar realidades. Conhecer não é ter uma imagem; é construir um juízo verdadeiro.

A tendência natural de confundir conhecimento com extroversão - situando a realidade como um conjunto de fenómenos no mundo exterior “agora, e lá fora” - deve ser ultrapassada por uma reorientação dos nossos processos intelectuais. Como escreve Lonergan “o objectivo não é determinar uma lista das propriedades abstractas do conhecimento humano mas ajudar o leitor a efectuar uma apropriação pessoal da estrutura concreta, dinâmica, imanente e recorrentemente operativa das suas próprias actividades cognitivas.” Por outras palavras: para pensarmos com objectividade e sentido de verdade, temos de começar por nos tornar cientes dos actos que modelam o modo como pensamos. Só então começaremos a conhecer tanto os nossos princípios como os nossos preconceitos, as limitações e os recursos. E só assim descobriremos conteúdos válidos de conhecimento.

Tal como Brentano e Husserl, Lonergan distingue entre acto e conteúdo da intelecção, unidos por uma “relação de intencionali-

⁶ *Topics in Education*, p. 179-80



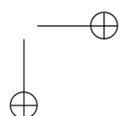
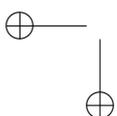


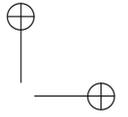
dade”. O visto é diferente do acto de ver, o pensado é diferente do acto de pensar, o feito é diferente do acto de fazer. A correlação de conteúdos entre si é, essencialmente, do âmbito da ciência. A sua relação connosco, é da ordem do senso comum. Quanto à correlação dos actos, essa interessa à filosofia que, de certo modo, irá transformar o “desejo de conhecer” no “conhecimento do desejo”. Essa é a revolução lonerganiana, sintonizada com a grande tradição da filosofia moderna que procura dramaticamente o sentido da relação do sujeito finito com o horizonte infinito que ele descobre.

A filosofia tem as suas limitações em conhecer os factos, ou como Lonergan lhes chama, o “virtualmente condicionado” mas transforma essas limitações em recursos. É assim que os filósofos respondem ao desafio do desejo de conhecer. Todo o conhecimento do virtualmente incondicionado baseia-se numa captação das condições do conhecido e da verificação que essas condições estão cumpridas. O conjunto destas condições é o que ocorre na consciência. Assim, no acto cognitivo existe um elemento superior ao conteúdo que o diferencia de ocorrências inconscientes. E o laço entre o condicionado e as condições reside na proposição “eu sou um sujeito cognoscente”, ou seja, uma consciência.

A situação com que se confronta cada um de nós é muito complexa. Deparamo-nos com informações descosidas e dados soltos, e queremos descobrir coerências entre esses dados, criando um todo inteligível. Poderemos considerar que essa ordem procurada é apenas um produto da mente humana, variável conforme os quadros conceptuais que utilizamos ou que predominam no nosso tempo, como sucede nas interpretações historicistas. Ou podemos mesmo negar que exista essa ordem inteligível e racionalidade no processo de compreensão, como propõem o relativismo e cepticismo contemporâneos.

Ora, segundo Lonergan, o melhor guia que temos para nos orientar nestes labirintos da relação entre conhecimento e realidade são os actos de intelecção. Há muito mais a dizer em filosofia e





podemos mesmo aceitar que “há mais coisas no céu e na terra do que em qualquer filosofia”. Mas se, como diz Lonergan, procurarmos conhecer de modo “atento, inteligente racional e responsável”, concluiremos que os fenómenos que experimentamos e a ordem inteligível em que estão inseridos, são aspectos do mundo objectivo e real, e que existiriam mesmo sem seres conscientes.

